Hossri nega retratação por post de idosos; Guida e Romão repudiam fala em sessão

Entidades cobram posicionamento oficial da Casa e a retratação pública do parlamentar após publicação

Por **Moara Semeghini**

ÁLVARO JR./CÂMARA DE CAMPINAS



Os vereadores Guida Calixto (PT), Wagner Romão (PT) e Nelson Hossri (PSD): : conflito por post com idosos

A controvérsia em torno da publicação do vereador Nelson Hossri (PSD) ironizando o comparecimento de eleitores idosos às urnas ganhou contornos formais e forte debate político no plenário da Câmara Municipal de Campinas na noite desta segunda-feira (9). A sessão registrou a entrega de um protocolo assinado pela Associação dos Idosos de Campinas e pelo Coletivo de Aposentados, Pensionistas e Pessoas Idosas da CUT, que protocolaram ofícios formais à Mesa Diretora e às comissões da Casa cobrando retratação e providências contra Hossri.

Os documentos foram direcionados à Presidência da Câmara, à Comissão de Direitos Humanos e à Comissão de Políticas Públicas para o Idoso. A iniciativa levada ao Plenário gerou um forte embate entre parlamentares e a recusa categórica do vereador em pedir desculpas. A mobilização contou com a presença, na galeria, de Juarez Bispo Mateus, presidente da Associação dos Idosos de Campinas e coordenador do coletivo da CUT.

OPOSIÇÃO

Ao abrir o Pequeno Expediente, a vereadora Guida Calixto (PT) conectou a mobilização local ao pronunciamento nacional do presidente Lula. "O presidente destacou o quanto a juventude liderou esse processo e também, ao mesmo tempo, os idosos, que fizeram todos os esforços possíveis para superar suas dificuldades físicas e de acessibilidade para poder votar e salvar a democracia no nosso país", afirmou. Esses mesmos idosos hoje estão sendo intimidados, desqualificados e desrespeitados, inclusive por uma autoridade desta Casa", apontou.

O vereador Wagner Romão (PT) também subiu à tribuna para reforçar o apoio ao manifesto. "As pessoas idosas do nosso país deram um verdadeiro show de cidadania nessas eleições. Foram votar na defesa da democracia para exercer um direito de cidadania", declarou Romão.

HOSSRI

O vereador Nelson Hossri (PSD) rebateu veementemente as acusações de etarismo e recusou-se categoricamente a retratar-se. Hossri argumentou que seu objetivo com a publicação foi alertar para o risco de manipulação de eleitores vulneráveis. "Eu não vou me intimidar aqui diante de acusações infundadas, muito menos pedir desculpa por algo que eu não fiz", declarou. Hossri citou o caso de "tio Paulo".

"Causou estranheza à esquerda não se manifestar lembrando do caso do 'Tio Paulo', que foi levado a uma agência bancária para sacar R$ 17 mil quando já estava morto. Quem garante que não tenha nenhum idoso indo votar contra a própria vontade? Se apoiadores do PT, do presidente Lula ou de qualquer outro partido estiverem se aproveitando de pessoas vulneráveis para conseguir votos, isso precisa ser investigado", afirmou.

O parlamentar sustentou que questionar tais situações é um dever democrático e negou qualquer tipo de preconceito contra a terceira idade. "Estão tentando transformar uma preocupação legítima com a liberdade do voto em uma acusação de preconceito contra os idosos. Mas o assunto é outro: é garantir que cada pessoa possa votar livremente sem pressão ou interferência de terceiros. Ser idoso não significa ser incapaz, mas quando existem sinais de que alguém não consegue manifestar sua escolha, é justo perguntar se essa pessoa está votando por vontade própria", completou Hossri, desafiando a oposição a prosseguir com representações jurídicas.

Com a entrega do protocolo oficial na Câmara e a recusa formal de retratação em plenário, as entidades representativas informaram que aguardam as manifestações da Presidência da Casa e das comissões permanentes (Direitos Humanos e Políticas Públicas para o Idoso), enquanto a assessoria jurídica estuda o ingresso de ações judiciais contra o parlamentar.

Terceirizados protestam por atraso; Prefeitura confirma pagamento

Por **Moara Semeghini**

FERNANDA SUNEGA/PREFEITURA DE CAMPINAS



Funcionários fazem serviços de manutenção, limpeza e conservação

Funcionários da Litucera, empresa terceirizada responsável pelos serviços de manutenção, limpeza e conservação de praças e jardins de Campinas, realizaram uma manifestação na manhã desta segunda-feira (9). Os trabalhadores caminharam pelas ruas do centro até a frente do Palácio dos Jequitibás, sede da Prefeitura de Campinas, para cobrar os salários referentes ao mês de novembro.

Durante o ato, a categoria manifestou preocupação com o atraso nos vencimentos e pediu a intervenção da administração municipal junto à prestadora de serviços.

A vereadora Mariana Conti (PSOL) criticou a gestão municipal pelo atraso nos salários, classificando o modelo de terceirização como prejudicial aos direitos e cobrando providências para evitar novos atrasos. "Todo meu apoio à mobilização dos trabalhadores terceirizados!", afirmou.

Em nota enviada à reportagem, a Prefeitura de Campinas informou que o repasse financeiro à empresa foi efetuado na manhã desta segunda-feira (9) e que os salários dos funcionários já foram regularizados, conforme posição repassada pela própria Litucera.

MPT em Campinas faz TAC de R$ 80 mil por assédio político

Da **Redação**

O Ministério Público do Trabalho (MPT) em Campinas celebrou, nesta terça-feira (10), um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) com uma clínica médica de Mogi Guaçu para combater o assédio eleitoral no ambiente de trabalho. O inquérito foi instaurado após a circulação de publicações em redes sociais nas quais o sócio da empresa incentivava outros empregadores a verificar os perfis de seus funcionários e a demitir aqueles que tivessem preferência política contrária à sua.

No TAC, o sócio proprietário assumiu a obrigação de não estimular, incitar ou solicitar que outros empresários discriminem ou dispensem trabalhadores em razão de convicções políticas e de voto. Ele deverá remover mensagens discriminatórias de suas redes sociais e não pode cometer perseguições ou monitoramentos contra os empregados.

O compromisso prevê a divulgação de retratação formal em até duas horas a contar da assinatura. O texto deverá permanecer fixado por 30 dias no topo do perfil do sócio, reconhecendo que a escolha eleitoral é livre de retaliações no ambiente de trabalho. Ficou estipulado o pagamento de R$ 80 mil por dano moral coletivo com destinação voltada a projetos sociais e fundos públicos. Em caso de descumprimento, a empresa estará sujeita a multa de R$ 50 mil por cláusula violada. Para eventuais postagens que contrariem o TAC, a multa é de R$ 10 mil por publicação, além de R$ 1 mil diários enquanto a mensagem for mantida ativa na internet.